



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO



EDUCAÇÃO SUPERIOR

Programa de Pós-graduação "lato sensu"
GESTÃO EDUCACIONAL INTEGRADA

PROJETO PEDAGÓGICO

2014

APRESENTAÇÃO

O projeto do curso de Pós-graduação adequa-se às seguintes legislações e orientações:

- a) Da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seus artigos nº 64 e 67.
- b) Do Ministério da Educação- Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno – ***Resolução CNE/CP no. 1, de 15 de maio de 2006 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia (licenciatura), em seu art. 14;***
- c) Das deliberações do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro – CEE nº 325, de 17 de janeiro de 2012; e, especialmente, CEE nº 328, de 08 de maio de 2012, que ***estabelece normas para o funcionamento de Curso de Pós-graduação Lato Sensu em nível de especialização.***
- d) Da Mantenedora (Fundação de Apoio à Escola Técnica-FAETEC) e da Mantida (Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro-ISERJ): ***Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); Regimento Interno da IES; Orientações e regulamentos-FAETEC.***

Considerando as legislações acima, foram definidos a proposta pedagógica, a matriz curricular, os regulamentos e as normas de funcionamento.

Novembro de 2014

SUMÁRIO

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	Pág.
1.1 DADOS GERAIS DA MANTENEDORA E DA MANTIDA	05
1.2. PERFIL E MISSÃO	05
1.3. DADOS SOCIAIS DA REGIÃO	06
1.4. BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO- ISERJ	07
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROGRAMA	10
2.1. DADOS GERAIS DO PROGRAMA	10
2.1.1. Denominação do curso	10
2.1.2. Estrutura do curso	10
2.1.3. Perfil do curso	11
2.1.4. Acesso ao curso	11
2.3. JUSTIFICATIVA PARA ABERTURA DO PROGRAMA	11
3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	12
3.1. PROJETO DO CURSO: ASPECTOS GERAIS	12
3.1.1 Objetivos do Curso	12
3.1.2. Perfil do Egresso	13
3.1.3. Autoavaliação do Curso	13
3.2. PROJETO DO CURSO: FORMAÇÃO DOS “ESPECIALISTAS”	14
3.2.1. Estrutura Curricular	14
3.2.1.1 Adequação e Dimensionamento de Cargas Horárias	15
3.2.2. Conteúdos Curriculares	16
3.2.2.1. Ementas em articulação com o Perfil do Egresso	16
3.2.3. Procedimentos de Ensino-Aprendizagem	17
3.3. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO	17
3.4. APROVEITAMENTO DE DISCIPLINAS	17
3.5. ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS À FORMAÇÃO	18

3.5.1. Estágio Curricular Supervisionado	18
3.5.2. Seminário de Produção Científica e TCC	20
4. CORPO DOCENTE, CORPO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO	22
4.1 . Da Coordenação do Programa	22
4.2 . Das Instâncias Coletivas do Programa	22
4.3. Do Corpo Docente	23
4.4 . Do Corpo Técnico e Administrativo	23
5. INSTALAÇÕES FÍSICAS	24
5.1. Instalações Gerais	24
5.2. Biblioteca	24
5.3 . Infra-Estrutura e Instalações - Laboratórios Específicos	26
5.3.1. Laboratório Lúdico Interdisciplinar - Brinquedoteca	26
5.3.2. Laboratórios de informática	29
ANEXOS	31
ANEXO I – Matriz Curricular	31
ANEXO II – Disciplinas e Ementas	33
ANEXO III - Corpo Docente	45

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

1.1 DADOS GERAIS DA MANTENEDORA E DA MANTIDA

MANTENEDORA: FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA DO RIO DE JANEIRO (FAETEC)

Município - Sede: Rio de Janeiro

Estado: Rio de Janeiro

C.G.C. / C.N.P.G no. 031.608.763/0011-15

Endereço: Rua Clarimundo de Melo, 847, Quintino Bocaiúva, CEP 21.311-280

Tel/fax (21) 2332-4108

Endereço eletrônico: www.desup@faetec.rj.gov.br

MANTIDA: INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (ISERJ)

Ato de Criação e Credenciamento da IES:

Decreto Nº 23.482 de 10 de setembro de 1997

Data de publicação no DO: 11 de setembro de 1997

Decreto Nº 24.338 de 03 de junho de 1998

Data de publicação no DO: 04 de junho de 1998

Parecer Nº 258 CEERJ, de 13 de outubro de 1998

Credencia o ISERJ como Instituição de Ensino Superior e autoriza o Curso Normal Superior

Parecer Nº 010 CEERJ, de 09 de julho 2009

Aprova o Regimento ISERJ e autoriza o funcionamento do Curso de Graduação em Pedagogia

Parecer Nº 096 CEERJ, de 11 de outubro de 2011

Recredencia o ISERJ e autoriza o Programa Especial de Formação Pedagógica

Parecer nº 375 CEERJ, de 26 de dezembro de 2013

Reconhece o Curso de Pedagogia do ISERJ

1.2. PERFIL E MISSÃO

A Fundação de Apoio à Escola Técnica do Rio de Janeiro (FAETEC) é a mantenedora do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro, no âmbito da Secretaria de Ciência e Tecnologia – SECT – Estado do Rio de Janeiro, a qual proporciona o aporte de financiamento, recursos humanos e materiais.

É princípio norteador do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ) formar alunos, professores e especialistas em educação, nos níveis e modalidades de ensino de atuação,

para lidar com a diversidade étnica, cultural e social como sujeitos reflexivos da relação entre cultura e educação.

1.3. DADOS SOCIAIS DA REGIÃO

O **Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro**, ISERJ, se insere na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, no bairro da Praça da Bandeira. O público-alvo do corpo discente é proveniente das regiões norte e oeste da cidade do Rio de Janeiro e de outras da grande região metropolitana.

Particularmente, o Município do Rio de Janeiro, cidade extremamente diversa, metrópole das contradições sociais, representa por si só um desafio para um processo educativo que se pretende crítico, mas, ao mesmo tempo, um espaço propício para tal exercício. Desde sua origem, o Rio de Janeiro foi palco de diversidades, conflitos e contradições, intensificadas ao longo do tempo por desigualdades perversas e crescentes que cristalizaram privilégios que impediam a integração e inserção social das classes populares. A contradição colocada pela sociedade carioca se vê representada na dinâmica interna da própria cidade, caldeirão de diversidades e contradições, refletidas em sua gente, em sua cultura, em seus valores e inclusive no espaço físico onde asfalto e favela se encontram. A necessidade de no processo educativo incorporarmos essa tensão, considerando o aluno como sujeito imerso nesse universo da cidade, torna-se um dos desafios centrais.

O Rio de Janeiro, apesar de ser um município povoado por uma grande oferta de cursos superiores, principalmente de caráter privado, ainda necessita de uma instituição com tradição no Ensino Público de qualidade na Formação de Professores e Especialistas, principalmente uma instituição que favoreça a afluência de alunos das classes populares ao curso superior, abrindo horizontes e possibilidades de inserção social.

Além da rede de ensino municipal do Rio de Janeiro, a demanda por professores com formação de qualidade se estende à rede pública dos demais municípios vizinhos. Apesar da proliferação das escolas privadas de formação de professores, há um contingente de alunos que não possui recursos financeiros para acessá-las. Há, também, muitas delas com resultado insatisfatório na inserção de seus egressos no mercado de trabalho, especialmente no que diz respeito ao desempenho em concursos públicos. Este quadro confirma a relevância de um espaço formativo como o ISERJ para atender com qualidade não só a demanda profissional de sua própria municipalidade, mas, também, das redes municipais e privadas dos municípios vizinhos que compõem a Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

O ISERJ, pelas suas características e trajetória histórica, pode e deve manter a tradição de formar professores e especialistas em educação responsáveis e competentes para atuarem, principalmente, na rede pública de Ensino Básico, contribuindo para a efetiva democratização de uma escolarização de qualidade para as classes populares.

1.4. BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO – ISERJ

No dia 5 de abril de 1880, com a presença de sua majestade o Imperador Pedro II, foi inaugurada a Escola Normal do Município da Corte, no Salão Nobre do Imperial Colégio Pedro II. Nessa ocasião, o Conselheiro Francisco Ignácio Homem de Mello – Barão Homem de Mello, Ministro dos Negócios do Império, em nome de Sua Majestade o Imperador, instalou, solenemente, a Escola Normal da Corte, discursando em seguida, Benjamim Constant Botelho de Magalhães, o primeiro Diretor. De 1880 a 1885, Benjamim Constant foi o diretor da Escola.

Pelo Decreto 6.379 de **30/11/1876** foi criada a **Escola Normal do Município da Corte**, compreendendo dois estabelecimentos: um para rapazes e outro para moças, este em regime de internato. O curso era de três anos, porém a conclusão de dois anos habilitava para o exercício do magistério primário, e a conclusão de três anos para o magistério do ensino secundário. Matricularam-se, logo após a instalação da Escola Normal da Corte, 88 moças e 87 rapazes, tendo o início das aulas ocorrido em maio daquele ano nas salas do Colégio Pedro II, de acordo com as instruções ministeriais.

Em 1888, a Escola Normal da Corte foi transferida para o prédio da Escola Central no Largo de São Francisco e, nesse mesmo ano, para o **prédio da atual Escola Técnica Rivadávia Correia**, onde permaneceu **até 1914**. A seguir, foi transferida para a escola Estácio de Sá, depois Escola Pedro Varela, na Rua de São Cristóvão, nº 18, atual Rua Joaquim Palhares. A Escola Pedro Varela foi demolida para a construção da Estação Estácio do Metrô.

Fernando Azevedo e Lourenço Filho sonhavam com um edifício de salas amplas, bem iluminadas, com acesso através de galerias espaçosas, para abrigar a Escola de Formação de Professores. O Prefeito Prado Júnior aplaudiu a ideia e adquiriu uma grande área existente na Rua Mariz e Barros, Praça da Bandeira, até então utilizada como entreposto de carroças para distribuição de carne aos açougues, e nela mandou construir o edifício de três andares.

Em meados de 1930 o prédio estava praticamente pronto. A inauguração foi marcada para o dia 12 de outubro de 1930. No entanto, com a Revolução surgiu a notícia de que Getúlio Vargas estava vindo com tropas revolucionárias do Sul do Brasil, procurando um lugar para se aquartelar no Rio de Janeiro. Temendo perder o novo prédio, diretores, professores, funcionários, alunos e pais de alunos uniram em mutirão e às pressas fizeram a mudança da Escola Pedro Varela, no Estácio, para

o novo prédio da Rua Mariz e Barros, nº 273. O discurso que o diretor Prof. Fernando Azevedo deveria proferir na inauguração está publicado em suas Obras Completas, vol.VII, p.141-147.

O Prof. Anísio Teixeira obteve do Prefeito Pedro Ernesto o **Decreto 3.810, de 19 de março de 1932, que transformou a antiga Escola Normal em Instituto de Educação**, tendo como diretor o Prof. Manoel Begstrom Lourenço Filho. Por esse Decreto cabia ao Instituto de Educação “**ministrar educação secundária a ambos os sexos, preparar professores primários e secundários e manter cursos de continuação e aperfeiçoamento para professores.**” Assim é que o Instituto passou a ter Escola Secundária, Escola de Formação de Professores, além da Escola Primária (Grupo Escolar) e Jardim de Infância.

Com a criação no Rio de Janeiro da **Universidade do Distrito Federal, em 1935**, pelo Decreto 5.512, **o Instituto de Educação foi incorporado a essa instituição** através da Escola de Formação de Professores, que passou a denominar-se **Escola de Educação**. A referida Universidade teve como reitor o Prof. Anísio Teixeira, e a Escola de Educação do Instituto, que formava professores secundários, teve como Diretor o Prof. Lourenço Filho.

O Decreto nº 6.215, de 21 de maio de 1938, reorganizou a Universidade do Distrito Federal e retirou do Instituto de Educação o Curso de Formação de Professores Secundários, anexando-o à Faculdade de Educação da universidade. **O Instituto de Educação passou então a constituir-se dos cursos Jardim de Infância, Grupo Escolar, Ginásial e Normal.**

A partir de 1946, o Ensino Normal do Instituto de Educação passou à subordinação direta da Secretaria Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal e, posteriormente, Estado da Guanabara. Após a fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, em 1974, a Secretaria foi reestruturada e criou os Centros Regionais de Educação, Cultura e Trabalho. O Instituto de Educação passou a ser sede desse Centro de Educação e Cultura, coexistindo como Unidade Experimental CREC/RJ.

O Instituto de Educação viveu seu apogeu nas décadas de 1940-1960. Em 1971, com a promulgação da **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no.5692 de 1971** o curso Normal passou a denominar-se **Curso de Formação de Professores de 1ª à 4ª séries do primeiro grau e o magistério foi incorporado às demais habilitações oferecidas no segundo grau.**

Nos anos 80, do século XX, o processo de redemocratização do país traz para o debate a docência como base de formação do pedagogo, âncora de sua identidade como profissional. Movidos por esse ideal, alguns cursos de Pedagogia das Faculdades de Educação assumem a docência como base de identidade da formação do pedagogo, com ênfase na formação do professor para as séries iniciais do Ensino Fundamental. Essa tendência é incorporada no texto da nova LDB 9394 de 1996 que ressalta em seu artigo 62 que, “[...] a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação”.

Mais recentemente, através do **Decreto nº 23.482, de 10 de setembro de 1997**, o Instituto de Educação do Rio de Janeiro foi transferido para o **âmbito da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Rio de Janeiro (FAETEC)** - vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia - e, **transformado em Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro**. Com o objetivo de resgatar a importância desta instituição que sempre desempenhou papel relevante na formação de professores no cenário educacional, e com fins de cumprir com as exigências decorrentes da LDB, o Curso Normal, até então oferecido pelo Instituto de Educação, foi transformado em **Curso Normal Superior, tendo início em junho de 1999**.

Em decisão unânime de 13 de outubro de 1998, o Conselho Estadual de Educação, Processo N°: E- 03/100.248/98, através do Parecer 258/98, **credencia o Instituto Superior de Educação - ISERJ e autoriza o funcionamento do seu Curso Normal Superior**. Faz, ainda algumas recomendações para que se dê prosseguimento ao programa de capacitação de seus professores em nível de Pós-Graduação e que se estude a criação de programas especiais de adaptação e complementação de estudos, visando a adaptação às novas exigências da Lei N° 9394/96, em particular ao art. 87, que estabeleceu a exigência da formação superior para todos os professores de Educação Básica até o final da "década da Educação".

Com base na documentação e detalhado relatório elaborado por uma Comissão Verificadora, o Conselho Estadual de Educação, Processo N°: E-03/100.498/2003, através do Parecer N° 200/2004, reconhece, pelo prazo de 2 (dois anos), o Curso Normal Superior do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro - ISERJ, sugerindo que se concedam 200 (duzentas) vagas, sendo 100 (cem) para o primeiro semestre e 100 (cem) para o semestre subsequente, devendo, ainda, implementar e desenvolver práticas investigativas de iniciação à pesquisa, implementar um processo de informatização da biblioteca, assinatura de periódicos e revistas especializadas, estabelecer um plano de carreira para o corpo docente e desenvolver ações permanentes que visem à conservação e preservação das instalações físicas do estabelecimento, dentre outras.

A renovação do **reconhecimento** do Curso Normal Superior se deu com o Parecer N° 021/2008 de 19/02/2008 que reconhece o Curso com a finalidade de diplomação dos alunos nele matriculados até a presente data.

Destaca-se na estrutura do ISERJ o Colégio de Aplicação, CAp/ISERJ. Os Segmentos que o compõem são: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio (Formação Geral e Cursos Técnicos). O ISERJ congrega Núcleo de Ensino de Línguas – NEL, desde 2002, oficializado pela FAETEC em 2008. Atualmente o NEL denomina-se LABLIN (Laboratório de Línguas)

O CAp-ISERJ abriga também as modalidades de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Especial. Em 2011, o decreto 43.068 de 08 de julho de 2011 dispôs sobre a transferência das Escolas Estaduais de Educação Especial Antônio Francisco Lisboa e Professora Maria Ivete

Correa de Vasconcelos para a FAETEC que, em Portaria FAETEC/PR 323 de 29 de julho de 2011, passaram a funcionar como Espaços de Educação Especial do CAP-ISERJ. O corpo discente matriculado nestes Espaços é composto por jovens e adultos com necessidades educacionais especiais. A Creche Casa da Criança, sito à Rua Clarimundo de Melo, nº 847, Bairro Quintino Bocaiuva, Rio de Janeiro, vinculou-se ao ISERJ através do Decreto de nº 43.448 de 02/02/2012. O Espaço de Inclusão foi aprovado em 22/06/2006 pela FAETEC e teve suas instalações físicas implementadas com equipamentos instalados para atender alunos com necessidades educacionais especiais, através de um projeto encaminhado à FAPERJ, em 23/03/2007 e aprovado neste mesmo ano. (Dec. Lei Federal 7.611 de 17/11/2011).

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROGRAMA

2.1. DADOS GERAIS DO PROGRAMA

2.1.1 DENOMINAÇÃO DO CURSO: Gestão Educacional Integrada no âmbito da Administração, Inspeção, Supervisão e Orientação Educacional.

Município - Sede: Rio de Janeiro

Rua Mariz e Barros n. 273 **Bairro:** Praça da Bandeira **CEP:** 20270-003

Estado: Rio de Janeiro

Telefones: (21) 2334-1749

Site: www.iserj.net **E-mail:** diretorageral@iserj.net

2.1.2 ESTRUTURA DO CURSO: Pós-graduação em Educação *Lato Sensu*

Numero total de vagas anuais: sessenta (60) vagas anuais.

- a) Trinta (30) vagas no primeiro semestre;
- b) Trinta (30) vagas no segundo semestre.

Turno de funcionamento: tarde e noite.

Horário de funcionamento: dois dias na semana, de 14h às 20h.

Tempo de aula: corresponde a 60 (sessenta) minutos.

Regime Acadêmico: matrícula por disciplina semestralmente.

Integralização Curricular:

- a) Integralização mínima: um ano e meio (03 períodos).
- b) Integralização máxima: três anos (06 períodos).

2.1.3 PERFIL DO CURSO

Período	1º	2º	3º	CH/total
Disciplinas previstas	180	180	45	405
Estágio Supervisionado	-	-	80	80
Produção e apresentação de TCC	-	-	45	45
Carga horária total do curso				530

2.1.4. ACESSO AO CURSO

Acesso por processo seletivo: o processo de seleção dar-se-á por Edital Público, definido e realizado pela Mantenedora.

Regime de matrícula: A matrícula será efetivada por sistema de créditos, que configura cada componente curricular, a partir de calendário próprio definido pela Mantida. São respeitadas, neste item, as normas previstas no Regimento Interno do ISERJ para a matrícula, como um todo.

Pré-requisito: aberto a todos os licenciados (nos termos do § 1º do Art. 14 da Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006).

2.3. JUSTIFICATIVA PARA ABERTURA DO PROGRAMA

Com a entrada em vigor das novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia, por meio da Resolução do Conselho Plano do CNE nº 1, de 15 de maio de 2006, foram revogadas as disposições erigidas a partir do Parecer nº 259/69 e da Resolução nº 2/69, que fixava “os mínimos de conteúdo e duração a serem observados na organização do curso de Pedagogia” até aquele momento. Conforme o teor do Art. 4º da Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, o Curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores, cujas “atividades docentes também compreendem participação na organização de sistemas e instituições de ensino”, englobando, de acordo com os incisos I e II, *planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação* de “tarefas próprias do setor de Educação” e “de projetos e experiências educativas não-escolares”.

Desta maneira, nossa proposta de implementação de um Programa de Pós-graduação *lato sensu* em *Gestão Educacional Integrada* tem sua relevância ampliada, na medida em que o curso de licenciatura plena em Pedagogia não mais oferece “habilitações” em *administração, inspeção, supervisão e orientação educacional*. Assim, a Resolução nº 1/2006 do CNE, no § 1º do

Artigo 14, com base no Artigo 64 da LDB nº 9.394/96, dispõe que a formação profissional também poderá ser feita em nível de pós-graduação *lato sensu*, em cursos abertos, especialmente para este fim, a todos os licenciados.

A apresentação desta proposta origina-se, também, de anseios e angústias manifestadas por nossos alunos, no âmbito da cadeira de Gestão Educacional do Curso de Graduação em Pedagogia do ISERJ, com relação, sobretudo, à formação específica para o exercício das funções profissionais de Administração, Inspeção, Supervisão e Orientação Educacional. Destacamos, igualmente, a importância da oferta dessas especializações de em nível de pós-graduação, no que se refere às oportunidades do mercado de trabalho, que, muitas vezes, tanto no setor público, como no setor privado, exigem a formação específica nessas áreas, a qual não é mais apostilada nos diplomas dos cursos de Pedagogia, que aplicam as novas Diretrizes Curriculares Nacionais.

3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

3.1 PROJETO DO CURSO: ASPECTOS GERAIS

3.1.1 Objetivos do Curso

O Curso do Programa de Pós-graduação *Lato Sensu* em “Gestão Educacional Integrada”, por meio de estudos teórico-práticos, investigação e reflexão crítica, considerando as Normas Federais e Estaduais de abertura e implementação, deverá:

- Formar profissionais da Educação para o trabalho, conforme o art. 64 da LDB nº 9.394/96, no âmbito da Administração, Inspeção, Supervisão e Orientação Educacional, qualificados para enfrentar os desafios da realidade no campo da Educação Básica e da Educação Superior, nos setores público e privado, com base em uma formação teórico-prática de qualidade e referência.
- Compreender a Gestão Educacional como uma totalidade que integra as singularidades e nuances de cada uma daquelas formações profissionais ou “especializações”, com vistas ao funcionamento de escolas de Educação Básica e de instituições de Educação Superior.
- Promover o debate e o estudo aprofundado das atribuições profissionais, das dificuldades encontradas e das potencialidades de ação, no âmbito da Gestão Educacional, objetivando contribuir para o melhoramento da qualidade do ensino e para o aprofundamento da democratização da sociedade brasileira.
- Compreender e analisar criticamente as relações e contradições entre as políticas educacionais e o trabalho escolar em todos os níveis de ensino, no sentido de estabelecer a zona proximal entre a realidade vivenciada nas escolas e suas potencialidades de desenvolvimento e ampliação da qualidade da educação.

- Abordar, no conjunto de suas disciplinas, questões éticas e morais para o convívio tolerante e plural nos espaços escolares, que deverão ser o ambiente de trabalho para o qual nossos egressos estarão formados, como também a ideia de inclusão e respeito aos cidadãos com necessidades especiais e aos valores de diversidade etnicorracial, estética, religiosa, ideológica e de gênero.

3.1.2. Perfil do Egresso

A certificação do Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em “Gestão Educacional Integrada” tem como base, nos termos do § 1º do art. 67 da LDB nº 9.394/96, a experiência docente como “pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer outras funções do magistério, nos termos das normas de cada sistema de ensino”. Desse modo, o Programa visa formar profissionais do magistério para atuação em espaços escolares de Educação Básica e Educação Superior, no âmbito da Administração, Inspeção, Supervisão e Orientação Educacional, que tenham como formação inicial o Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia e/ou demais licenciaturas, em nível de graduação.

No campo da Educação Básica, o egresso do curso estará apto a realizar, como reza o art. 64 da LDB nº 9.394/96, atividades profissionais de administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional.

Na Educação Superior, o egresso desta Pós-graduação encontra campo de trabalho nos âmbitos de gestão, planejamento, organização documental e avaliação institucional. São exemplos de setores e áreas de atuação daquele profissional: CPA (Comissão Própria de Avaliação), setor de estágios, procuradoria institucional, entre outros.

3.1.3 Autoavaliação do Curso

O processo de autoavaliação, tendo como base a Comissão Própria de Avaliação (CPA), está em processo de implantação, fomentado pela mantenedora (FAETEC). O processo de início das atividades de autoavaliação com participação de todos os segmentos previstos em legislação está previsto, para o Curso de Pedagogia, desde 2013-2, ou seja, docentes, discentes, técnicos, sociedade civil organizada. Com efeito, após a implementação do Curso aqui proposto, o colegiado de professores constituintes deste lançará as estratégias de coordenação do processo de autoavaliação.

3.2 PROJETO DO CURSO: FORMAÇÃO DOS “ESPECIALISTAS”

3.2.1 ESTRUTURA CURRICULAR

No geral, as disciplinas são subdivididas em dois ciclos – *Ciclo Básico* e *Ciclo Profissional*, no sentido de materializar a proposta pedagógica de “integração horizontal” e “integração vertical” das disciplinas. No primeiro, as disciplinas tratam dos fundamentos teóricos, “científicos e sociais”, indispensáveis, como reza o inciso I do parágrafo único do art. 61 da LDB nº 9.394/96, para o exercício profissional das formações ou “especializações”, numa perspectiva crítica e integradora de conteúdos e funções. Para tanto, propomos um modelo de integração teórico-prática em nossa Matriz Curricular: a título de exemplo, do mesmo modo que o curso de *Psicologia da Educação* precede o da disciplina de *Orientação Educacional* – consolidando a “integração vertical” –, não é menos importante e interessante o estudo daquela matéria para o entendimento da *Supervisão*, da *Administração* e da *Inspeção Educacional* – dando corpo à “integração horizontal”.

No *Ciclo Profissional*, temos o aporte teórico-prático das formações propostas. Sendo todas as disciplinas do Básico “pré-requisito” para o estudo das matérias do Profissional, estas abordarão o conteúdo específico das funções profissionais “especializadas” nas suas especificidades e na sua integração, buscando unir o referencial teórico da área, o legado de experiências de professores e alunos e a prática vivenciada no estágio supervisionado obrigatório.

Por um lado, a matriz curricular do curso propõe o estudo das funções de administração, inspeção, supervisão e orientação educacional em suas disciplinas fundamentais, no sentido de aprofundar as características e as singularidades de cada uma dessas atividades. De outro lado, reúne todas essas “especializações” em um eixo de intersecção, na perspectiva da **proposta pedagógica de integração**, que não é somente “vertical” e “horizontal”, em termos de Matriz Curricular, mas também no sentido da própria formação teórica e profissional em Gestão. Dentro do Ciclo Profissional, situa-se a disciplina *Educação Especial e Gestão*, visando lançar luz sobre os desafios do trabalho de gestão integrado e comprometido com o atendimento educacional especializado e o desenvolvimento dos portadores de necessidades especiais, e, principalmente, a disciplina fundamental *Gestão Educacional Integrada*, que terá o objetivo de confluir a ação do gestor educacional, seja da escola de Educação Básica, seja da escola superior, estabelecendo a organicidade das múltiplas funções com respeito a suas nuances e especificidades.

Com efeito, no sentido de estabelecer a integração teórico-prática dos conteúdos, fica estabelecida a disciplina *Estágio de Gestão Educacional Integrada*, que prevê carga horária obrigatória de estágio supervisionado, com a proposta de consolidar a *integração vertical*, no que se

refere ao desenvolvimento das disciplinas do Ciclo “Básico” e do “Profissional”. E, também, a *integração horizontal* do currículo, tanto com relação à interinfluência e complementação das várias disciplinas da matriz, como no que tange à **proposta pedagógica de integração**, constituindo a dimensão prática daquelas matérias que confluem as formações, sobretudo da disciplina fundamental *Gestão Educacional Integrada*.

Para a conclusão do curso, além do cumprimento das disciplinas e do Estágio, consoante o art. 6º da Deliberação CEE/RJ nº 328/2012, propomos a exigência da produção de um TCC – Trabalho de Conclusão de Curso, elaborado sob a orientação de um professor que leciona na instituição, como culminância ou “produto” que resulta de todo o estudo desenvolvido a partir das disciplinas cursadas e dos estágios de Prática.

3.2.1.1 Adequação e Dimensionamento de Cargas Horárias

Entendemos como *pré-requisitos* as disciplinas cujo cumprimento define a continuidade da estrutura curricular com ordenamento de conteúdos, considerando profundidade, articulação e subsídios teóricos e práticos para a construção do conhecimento.

A Matriz Curricular do Curso proposto não contempla disciplinas subdivididas em duas ou mais partes, mas lança um fracionamento com o léxico de “Ciclo Básico” e “Ciclo Profissional”. Desse modo, compreende-se que não é possível cursar as disciplinas do segundo ciclo sem que tenham sido concluídos todos os créditos do primeiro.

No que tange às disciplinas do “Ciclo Profissional”, que tratam especificamente das formações ou “especializações” e da sua confluência, fica marcado que a disciplina *Estágio de Gestão Educacional Integrada* terá como pré-requisito todas as disciplinas de “fundamentos” de cada uma das formações (Administração, Inspeção, Supervisão e Orientação Educacional), como também as matérias que consolidam a **proposta pedagógica de integração** – *Gestão Educacional Integrada e Educação Especial e Gestão* (o Quadro de Pré-Requisitos se situa no Anexo I deste documento).

Desse modo, a proposta pedagógica de “integração horizontal” – de conteúdos programáticos das “especializações” – e “integração vertical” – de *Ciclo Básico* e *Ciclo Profissional* e de disciplinas fundamentais e integradoras e de Estágio das formações aqui oferecidas – define os pré-requisitos para a inscrição nas matérias, pelos termos do inciso I do parágrafo único do art. 61 da LDB nº 9.394/96, como garantia de “sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho”.

A Matriz Curricular pontua sete “áreas”, que compreendem as quatro formações oferecidas, mais as disciplinas de integração curricular dessas formações, que vão ser fracionadas em duas áreas diferentes, em virtude de suas singularidades (Educação Especial e Gestão Educacional Integrada), e as atividades de *Seminário e Produção de TCC*, no sentido de subdividir didaticamente as disciplinas específicas de cada componente curricular, para que a *integração vertical* seja observada. Com efeito, os códigos das disciplinas irão expressar essa subdivisão em áreas, evidenciando a que formação corresponde cada matéria:

Código	Área curricular
PGADM	Área de Administração Educacional
PGINS	Área de Inspeção Educacional
PGSUP	Área de Supervisão Educacional
PGOED	Área de Orientação Educacional
PGGEI	Área de Gestão Educacional Integrada
PGEEG	Área de Educação Especial e Gestão
PGTCC	Área de Seminário e Produção de Trabalho de Conclusão de Curso

Portanto, o conjunto de disciplinas, que forma a Matriz Curricular do Curso, não compreende separações ou demarcações “orgânicas”, que as distanciam, mas, antes, constitui subdivisões “metodológicas”, que facilitam sua visualização por área curricular, tornando a Matriz Curricular didaticamente coerente com a proposta integradora de formação de administradores, inspetores, supervisores e orientadores educacionais, na perspectiva de uma Gestão Educacional *Integrada*. Em anexo, serão apresentadas a Matriz Curricular, compreendendo a organização integral do Curso, o Quadro de Pré-requisitos e as Ementas de cada disciplina que a compõe (ANEXOS I e II).

3.2.2 CONTEÚDOS CURRICULARES

3.2.2.1 Ementas em articulação com o Perfil do Egresso

A matriz curricular e as ementas das disciplinas foram constituídas a partir de discussões realizadas em diálogo aberto com os professores que comporão o Programa, priorizando a articulação com os objetivos do curso e com o perfil do egresso. A Matriz Curricular e as ementas das disciplinas serão apresentadas nos anexos I e II.

3.2.3. PROCEDIMENTOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Por se tratar de um Programa de Pós-graduação *Lato Sensu* com a missão precípua de formar administradores, inspetores, supervisores e orientadores educacionais, de um ano e meio a três anos, os ingressos cursarão disciplinas que visam prepará-los, com conteúdos específicos, para o exercício dessas funções, sob a efígie da proposta de integração teórico-prática e interdisciplinar – isto é, no caso desta última, inter-relacionando os conteúdos teóricos e práticos daquelas “especializações”. Assim, o estudante deverá cursar as disciplinas da Matriz, relacionando seus conteúdos e formando um “bloco” de saberes que compõe, no conjunto, a gestão educacional, como também, observar no estágio supervisionado como esses conhecimentos se dinamizam na prática.

3.3. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

Os critérios de avaliação consideram desempenho escolar e frequência às atividades previstas no projeto pedagógico do curso e possibilitam a integralização da carga horária mínima de cada curso. **Atendem aos seguintes documentos:**

- a) O aproveitamento escolar é definido em documento oriundo da FAETEC – CI FAETEC/DESUP: Circular no. 095/2011 de 01 de novembro de 2011;
- b) Regimento Geral do ISERJ;
- c) Projeto Pedagógico do Curso.

3.4. APROVEITAMENTO DE DISCIPLINAS

Em atendimento ao disposto no inciso III do parágrafo único do art. 61 da LDB nº 9.394/96, o ingresso aprovado no Processo Seletivo ao Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em “Gestão Educacional Integrada” detém a prerrogativa de requerer **aproveitamento de disciplinas deste Programa**, tanto do *Ciclo Básico* como do *Ciclo Profissional* – exceto as disciplinas “integradoras” do currículo (*Educação Especial e Gestão, Gestão Educacional Integrada e Estágio de Gestão Educacional Integrada*) e os créditos de “Seminário de Produção Científica” e da atividade “Trabalho de Conclusão de Curso” –, **apresentando comprovação de disciplinas cursadas em outra pós-graduação lato sensu**. A isenção de disciplinas dependerá da análise das ementas e cargas horárias, para que seja feita a equivalência.

No que se refere à disciplina *Estágio de Gestão Educacional Integrada*, a carga horária de estudos em sala de aula e de estágio supervisionado não terá possibilidade de aproveitamento, em virtude de a matéria estabelecer, em sua ementa, a dimensão teórico-prática das múltiplas

formações aqui oferecidas, numa perspectiva integradora de características e especificidades, cuja totalidade não se pode separar.

Com base nessas regras, o estudante deverá se encaminhar ao Protocolo da Mantida, portando a documentação comprobatória específica para o tipo de aproveitamento que for requerido, como Histórico Escolar de pós-graduação, que apresente as disciplinas já cursadas. Com efeito, o colegiado de professores, a ser constituído por este Programa, apreciará a solicitação e, soberano para esta tomada de decisão, poderá deferir ou não o aproveitamento de disciplinas, salvaguardando as diretrizes do Conselho Estadual de Educação.

3.5. ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS À FORMAÇÃO

3.5.1. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O **Estágio curricular supervisionado de prática** constitui-se em componente curricular obrigatório integrado à proposta pedagógica, conforme estabelecido no projeto pedagógico do Programa e em legislações, que dispõem sobre o estágio, oriundas do Ministério da Educação ocorrendo no ambiente de trabalho, visando ao desenvolvimento de habilidades e competências necessárias à formação de profissionais para o exercício do magistério, no campo da docência e da gestão.

Na concepção deste Curso, a formação do pós-graduando deve se caracterizar como um processo integrado que projete, em todos os componentes curriculares, a articulação *teoria e prática*, de maneira a realizar a síntese da estrutura curricular do Curso, contemplando as diferentes realidades e experiências escolares, possibilitando a reflexão, planejamento e ação educativa nas diferentes instituições de atuação pedagógica. Assim, a unidade entre *teoria e prática* deve ser pensada como verdadeira alternativa acadêmico-pedagógica no que diz respeito ao estágio curricular, tendo-se presente a dimensão formadora e a função social deste.

O Estágio Supervisionado é um espaço de interação das experiências e teorias apreendidas no curso que venha a contribuir para que ocorra, de forma mais próxima, diálogo com a realidade profissional nesse processo de formação.

Objetivo do Estágio curricular supervisionado de prática

O Estágio Supervisionado constitui-se em ato educacional, desenvolvido em ambiente compatível com o perfil do egresso, o projeto pedagógico do Curso de Pós-graduação e a legislação em vigor, que visa favorecer **práticas de gestão educacional integrada em espaços escolares de Educação Básica e Superior, quais sejam:**

- Contribuir para um maior aprofundamento na relação teórico-prático;
- Propiciar situações e experiências práticas em diferentes áreas de atuação que aprimorem formação e atuação profissional, integradamente, no âmbito da administração, inspeção, supervisão e orientação educacional;
- Contribuir para que o aluno sistematize uma análise crítica a partir do confronto entre os conhecimentos e habilidades desenvolvidas no Curso e as práticas profissionais cotidianas;
- Possibilitar uma maior interação entre a Instituição, escolas-campo de estágio, o Curso de Pós-graduação em Gestão Educacional Integrada e o Curso de Pedagogia;
- Propiciar a observação, a co-participação e a avaliação da atividade de estágio supervisionado de prática.

Carga horária do Estágio curricular supervisionado

As atividades de Estágio terão carga horária, definida no “*Planejamento das Atividades de Estágio Curricular Supervisionado*”, a ser desenvolvida, obrigatoriamente em níveis e modalidades de ensino da Educação Básica e Educação Superior, em instituições escolares, consoante a legislação.

Para o Programa de Pós-graduação *lato sensu* em *Gestão Educacional Integrada*, os estágios consistirão, nos termos do art. 3º da Deliberação CEE/RJ nº 337/2013, como procedimento didático-pedagógico, em atividades curriculares supervisionadas, que vão integrar, obrigatoriamente, a disciplina “Estágio de Gestão Educacional Integrada”, do *Ciclo Profissional*. Esta é composta pelas atividades letivas, ministradas pelo professor regente com carga horária de **45 horas** em sala de aula, e pela atividade curricular de Estágio Supervisionado, que totaliza **80 horas**. A disciplina, desenvolvendo conjuntamente as atividades de aula e de estágio, completa **125 horas de carga horária total**.

CARGA HORÁRIA – ESTÁGIO DE GESTÃO EDUCACIONAL INTEGRADA	
DESENVOLVIMENTO DA DISCIPLINA	CH
Atividades letivas no espaço da sala de aula	45
Estágio Supervisionado	80
CH total	125

Em sala de aula, o professor regente desenvolve os conteúdos da disciplina e orienta os alunos no desenvolvimento das atividades de observação e coparticipação no lócus do estágio,

como também discute as experiências e avalia o relatório de estágio, além de certificar os documentos comprobatórios de estágio, apresentados pelos estudantes.

Como componente obrigatório da disciplina *Estágio de Gestão Educacional Integrada*, a carga horária mínima de estágio supervisionado totaliza 80 horas para a formação profissional, oferecida pelo Curso. Compreendendo que este Programa formará *administradores, inspetores, supervisores e orientadores educacionais* para a Educação Básica e Superior, numa perspectiva de Gestão Educacional Integrada, as 80 horas de estágio serão distribuídas igualmente, sendo cada metade destinada ao espaço escolar de Educação Básica e ao âmbito acadêmico de Educação Superior. Portanto, a carga horária total do estágio supervisionado (80h), na integração daquelas formações, será desenvolvida, metade (mínimo de 40h) no CAP do ISERJ, metade (mínimo de 40h) nos espaços acadêmicos de Ensino Superior deste Instituto, cabendo a essas duas instâncias recepcionar o estudante e promover o estágio, apresentando ao pós-graduando, numa perspectiva integradora, as atribuições e os desafios das funções profissionais, que contemplam a formação do gestor educacional.

No âmbito da Educação Básica, o estudante deve realizar o estágio curricular de observação e coparticipação em atividades profissionais desempenhadas pela Direção, pela Inspeção e Secretaria Escolar, pelo Serviço de Orientação Pedagógica e pelo Serviço de Orientação Educacional. No terreno da Educação Superior, o estágio deve abranger os processos de gestão do curso de graduação e dos programas institucionais, que envolvem a organização de documentação para Atos Regulatórios do Conselho Estadual de Educação/MEC/INEP, a coordenação pedagógica, o setor de estágio e o núcleo de apoio psicopedagógico ao discente. O acompanhamento e a supervisão da carga horária de estágio ficarão a cargo de dois profissionais da gestão do ISERJ, sendo que um será definido no espaço da Educação Básica e outro, no da Educação Superior.

3.5.2. SEMINÁRIO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TCC

O *Seminário de Produção Científica* consiste em uma disciplina cujos créditos não são cursados no formato regular e convencional, mas ficam a cargo das atividades que o orientador – constituído a partir da escolha do pós-graduando e do aceite do docente desta Instituição, e *firmado, impreterivelmente, no período anterior à inscrição na matéria* (seguindo fielmente a composição da Matriz Curricular, o Aceite do Orientador deve ser firmado até o final do 2º semestre) – definir como objeto de estudo e Trabalho de Conclusão de Curso mais adequados aos interesses, anseios e potencialidades do orientando. Assim, no momento de inscrição na disciplina de *Seminário*, o aluno deverá informar o nome do professor, com o qual vai desenvolver sua produção científica, e o

horário definido para a realização desta atividade, conforme o disposto no documento de Aceite do Orientador, assinado no semestre anterior. O aluno deverá entregar obrigatoriamente, ao final do *Seminário de Produção Científica*, o **Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)**, do qual dependerá a aprovação na disciplina e a Certificação neste Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão Educacional Integrada.

Com efeito, o aluno terá uma avaliação para a disciplina de *Seminário de Produção Científica*, com a emissão de nota final, lançada pelo professor-orientador, como expressão do desempenho do orientando ao longo do semestre, e para a qual será indispensável a apresentação do TCC; e outra específica para o *Trabalho de Conclusão de Curso*, que será emitida pela banca e formalizada na *Ata de Conclusão do TCC*. De tal modo, se o estudante não apresentar seu TCC ao final do semestre em que estiver matriculado na disciplina de *Seminário*, considere-se reprovado, devendo, com o mesmo ou outro orientador – no caso deste último, estabelecido e firmado por um novo documento de Aceite –, matricular-se novamente para a conclusão dos créditos na matéria.

O *Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)* consiste numa atividade acadêmica obrigatória, que não se constitui como disciplina e, conforme o art. 6º da Deliberação CEE/RJ nº 328/2012, não agrega carga horária regular ao Curso, mas é considerado critério indispensável para a obtenção do título acadêmico, expresso na obtenção do Certificado de formação profissional. No âmbito da disciplina de *Seminário de Produção Científica*, orientador e orientando traçarão o tipo de estudo e trabalho que vão desenvolver ao longo do semestre, na perspectiva da *Gestão Educacional integrada*, definindo o tipo de culminância que materializará o TCC obrigatório para a aprovação na matéria e a certificação no Curso.

O aluno poderá apresentar, em comum acordo com o orientador, um trabalho monográfico tradicional, de cunho acadêmico, ou outros tipos de trabalho final que melhor atendam ao interesse de ambos, como, por exemplo, artigo científico para publicação em revista; elaboração de um plano de gestão escolar (básica ou superior); produção de um *software* para melhoramento das atividades de secretaria escolar (básica ou superior); criação e implementação de projetos pedagógicos e educacionais enfocando questões escolares, como alfabetização e aprendizagem, indisciplina, orientação vocacional, educação sexual, relações interpessoais, recursos humanos e gestão de pessoas, núcleo de apoio psicopedagógico ao discente, procuradoria institucional, coordenação pedagógica de Educação Superior, etc. A proposta é a de que alunos e professores tenham liberdade de escolha, no momento de buscar e percorrer o melhor caminho, com variadas possibilidades, para consolidar em um TCC o “produto” dinâmico e relevante de suas formações, em nível de pós-graduação. Por isso, é importante salientar que **não será concedido o aproveitamento de estudos para qualquer ingresso, sob quaisquer hipóteses ou alegações, no âmbito da disciplina de *Seminário de Produção Científica* e da produção do *Trabalho de Conclusão de Curso*.**

4. CORPO DOCENTE, CORPO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO

4.1 DA COORDENAÇÃO DO PROGRAMA

Prof. Dr. ARTUR DE MORAIS SILVA

Licenciado em Pedagogia pela UNIRIO

Mestre em Educação pela UFF

Doutor em Educação pela UFF

Professor das disciplinas de Gestão Educacional do Curso de Licenciatura em Pedagogia do ISERJ/FAETEC – Matrícula nº 225772-3

4.2 INSTÂNCIAS COLETIVAS DO PROGRAMA

Este Programa de Pós-graduação atende as normas e exigências do regimento geral do ISERJ – composição, atribuições e periodicidade – no que se refere às instâncias colegiadas. O exercício da gestão democrática participativa se efetiva através dos conselhos institucionais de planejamento e deliberação político-pedagógicos.

O ISERJ possui três conselhos deliberativos, a saber:

- a) Conselho Diretor;
- b) Conselho-Câmara de Educação Básica;
- c) Conselho-Câmara Acadêmico de Ensino Superior.

Os Conselhos Deliberativos se reúnem semanalmente e são presididos pelo(a) Diretor(a) Geral, pelo Diretor(a) do CAP e pelo(a) Coordenador(a) Geral do Ensino Superior, respectivamente. No Conselho Diretor há um (1) representante da Educação Superior.

O Conselho Acadêmico de Ensino Superior é constituído por:

- a) Coordenador do Ensino Superior;
- b) Dois professores coordenadores (um de Graduação e outro de Pós-graduação);
- c) Dois professores coordenadores de Pesquisa e Extensão;
- d) Dois professores coordenadores de Estágio e Prática de Ensino;
- e) Dois professores orientadores acadêmicos;
- f) Quatro professores chefes de Núcleos (Estudos Básicos, Estudos Diversificados, Estudos de Aprofundamento e Estudos Integradores);
- g) Dois alunos de Ensino Superior;

h) Um funcionário da Secretaria de Ensino Superior.

O Conselho-Câmara Acadêmico de Ensino Superior é órgão deliberativo e normativo em matérias de ensino, pesquisa e extensão do Ensino Superior. São suas atribuições:

- Formular diretrizes para o desenvolvimento das atividades acadêmicas de Ensino Superior;
- Aprovar semestralmente o calendário acadêmico do Ensino Superior;
- Apreciar e aprovar modificações curriculares;
- Aprovar os relatórios dos cursos e atividades acadêmicas realizadas;
- Deliberar sobre pedidos de transferências e aproveitamento de estudos;
- Aprovar regulamentos de setores, programas da Educação Superior;
- Elaborar o Plano de Atividades dos cursos;
- Constituir grupo representativo de no máximo cinco (5) membros partícipes para integrar o Conselho Pleno, encaminhando as deliberações do respectivo Conselho-Câmara.

As deliberações de Ensino Superior que tratam de questões de interesse da instituição como um todo, são apreciadas e aprovadas pelo Conselho Diretor Pleno e encaminhadas aos órgãos superiores, caso seja necessário. As reuniões de professores ocorrem duas ou mais vezes em cada semestre, de extrema importância para o curso. Os assuntos que constituem a pauta destas reuniões são relativos à prática docente dos mesmos e, com prioridade, à vida escolar dos discentes, suas necessidades, seu desempenho. Também são colocados para discussão outros assuntos de suma importância, como planejamentos, horários, conteúdos, atividades complementares, mudanças de toda ordem, avisos importantes em relação à academia, discussões sobre temas para eventos do curso, dentre outros.

4.3. DO CORPO DOCENTE

O Programa de Pós-graduação *lato sensu* em *Gestão Educacional Integrada* conta com um corpo docente de professores que o integra, titulado em nível de Pós-graduação *stricto sensu* (Mestrado, Doutorado e Pós-doutorado), no âmbito do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro. Admite-se que **uma mesma disciplina agregue até dois professores do Programa** como regentes. Em anexo, segue este quadro permanente de professores do Programa, com a titulação.

4.4 DO CORPO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO

O Curso conta com apoio administrativo da **Secretaria Acadêmica, da Coordenação Acadêmica da Educação Superior, do Setor de Apoio à Informática.**

5. INSTALAÇÕES FÍSICAS

5.1 INSTALAÇÕES GERAIS

O conjunto do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ) é organizado em “escolas” nos níveis e modalidades da Educação Básica.

A Educação Superior atende ao **nível da Graduação** (curso de Pedagogia e programas de formação de docentes) e **nível de Pós-graduação *Lato Sensu***. Os espaços físicos para ensino, pesquisa e extensão e gestão acadêmica são:

a) **Infraestrutura de apoio técnico-administrativo:**

- Reprografia;
- Recursos Humanos;
- Eventos;
- Protocolo;
- Apoio de Informática/Mídias.

b) **Infraestrutura de apoio acadêmico:**

- Biblioteca;
- Setor de Estágios;
- Sala de reunião docente/Colegiados;
- Sala de professores;
- Sala de estudo docente;
- Salas de aula;
- Secretaria Acadêmica;
- Coordenação da Educação Superior;
- Teatro, entre outros.

c) **Laboratórios:**

- Lúdico Interdisciplinar/Brinquedoteca;
- Laboratório de Informática;

5.2 BIBLIOTECA

O Sistema Integrado de Bibliotecas do ISERJ é constituído pela **Biblioteca Central**, denominada de Cecília Meireles que atende prioritariamente à Escola Básica e pela **Biblioteca Setorial Paulo Freire** que atende prioritariamente a Educação Superior.

Inaugurada em maio de 2004, a **Biblioteca da Educação Superior** atende discentes e docentes do Curso Superior de Graduação em Pedagogia, do Programa de Pós-Graduação *Lato*

Sensu e de Formação Pedagógica. Também têm acesso ao acervo, docentes da Educação Básica, servidores técnico-administrativos do ISERJ e o público externo, este último apenas para consulta. São atribuições da Biblioteca Paulo Freire:

- a) Realizar empréstimo e consulta ao acervo;
- b) Promover aquisição, processamento técnico e divulgação do acervo;
- c) Manter e preservar o acervo;
- d) Oferecer suporte técnico-pedagógico aos trabalhos de pesquisa dos usuários;
- e) Promover visitas guiadas de discentes da Educação Superior;
- f) Promover intercâmbio com outras bibliotecas;
- g) Compartilhar acervo bibliográfico com a Fundação Biblioteca Nacional (FBN);

A Biblioteca Paulo Freire está em processo de informatização – Sistema *Openbiblio*- desde o início do segundo semestre de 2013. Desde então, estabeleceu-se política institucional de ampliação do acervo, investimento na infraestrutura física- pintura, iluminação, climatização, ampliação e melhoria da rede e equipamentos de informática, com instalação de novos computadores e pontos de acesso *on line* para discentes e docentes. Ampliou-se a equipe técnica de apoio com inclusão de *professor orientador de pesquisa e uso do acervo*. Criou-se “guia de uso da biblioteca” para melhorar o contato com a comunidade acadêmica, apresentado em anexo.

Informamos os dados pertinentes à **Biblioteca Paulo Freire**, da Educação Superior do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ) em abril de 2014:

1. Acervo Geral

A biblioteca possui atualmente um total de **2.542 títulos de livros**, totalizando 9.639 exemplares (volumes); **97 títulos** de material digital-eletrônico (CD; CD-ROM; VHS); **13 títulos** de periódicos especializados; **397** Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC).

2. Assinaturas de Periódicos Acadêmicos e Científicos

A biblioteca conta com uma (**01**) assinatura corrente de periódicos (*Caderno do Cedes – Centro de Estudos Educação & Sociedade*) e **12** títulos deste acervo resultam de doações.

3. Formas de Atualização e Expansão

O processamento técnico da biblioteca é todo executado de forma informatizada; utilizando-se para isso os bancos de dados criados em Acces.

A biblioteca também conta com um *software* livre de controle, consulta e empréstimo do material bibliográfico, o *Open Biblio*, que, atualmente, está em fase de testes para utilização.

Também possui um ponto de acesso à Internet. Foi realizado um levantamento das Bibliografias Básicas e Complementares, listadas com base no **Caderno de Programas Curriculares** das disciplinas do Curso de Pedagogia, visando à atualização e/ou ampliação do acervo.

4. Espaço Físico para Estudos

A biblioteca possui um salão de leitura e uma área de exposições.

O salão de leitura é um espaço de acolhimento e orientação dos usuários, utilizado para estudos e pesquisas. É também espaço para pequenas exposições e painéis informativos, podendo ser aproveitado para divulgação de projetos e iniciativas da instituição.

A biblioteca possui ainda uma sala de leitura com balcão de atendimento, onde o usuário pode ser orientado sobre o funcionamento desta, bem como fazer inscrição como leitor, solicitar apoio pedagógico para pesquisas bibliográficas, requisitar ou devolver as obras destinadas a empréstimo domiciliar ou a consulta.

5. Horário de Funcionamento

DIAS	HORÁRIOS
2ª feira	10h30min às 20h
3ª feira e 4ª feira	10h30min às 21h
5ª feira e 6ª feira	8h às 20h

6. Pessoal Técnico Administrativo

A biblioteca possui uma (01) bibliotecária e dois (02) professores-orientadores de acesso ao acervo e de pesquisa.

5.3 INFRA-ESTRUTURA E INSTALAÇÕES - LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS

5.3.1. Laboratório Lúdico Interdisciplinar – Brinquedoteca

É objetivo da Brinquedoteca contribuir para a formação de educadores, mediadores e brinquedistas nos seguintes campos de conhecimento e atuação:

- a) compreensão da diversidade e complexidade do universo infantil;
- b) reflexão sobre “fantasia”, “lúdico”, “brincar”, “brincadeira” no universo infantil;

- c) reconhecimento e compreensão de que há múltiplas e diferentes atitudes para aprendizagem e maneiras de aprender;
- d) desenvolvimento da imaginação das crianças;
- e) reconhecimento de competências e habilidades favorecedoras da aprendizagem no universo infantil.

A BRINQUEDOTECA é espaço de ludicidade, ambiente de aprendizagem também chamado Ludoteca. Pretende desenvolver a imaginação das crianças, contando com equipe pedagógica para acolher e orientar monitores especializados. Caracteriza-se por possuir acervo de brinquedos, livros, CDs, DVDs e jogos, sendo organizado em espaços temáticos. Como espaço de interação social, desenvolve normas sociais importantes, sendo as mais importantes as de funcionamento, higiene e convivência:

A principal finalidade de qualquer ludoteca é garantir o direito ao brincar e ao jogo. E pode assumir variadas funções. O horário de funcionamento da brinquedoteca é: segunda-feira à sexta-feira, excepcionalmente aos sábados, conforme horários e objetivos pré-estabelecidos. A Brinquedoteca reorganizada em 2013 dá continuidade ao Laboratório Lúdico Interdisciplinar, funcionando como um laboratório de Pesquisa, Extensão e Estágio em um ambiente lúdico. Como espaço Lúdico proporciona às crianças do ISERJ brincadeiras livres e mediadas, mediante agendamento por seus professores com a coordenação do espaço. Como espaço de Estágio oferece prática e práxis aos alunos do Curso de Pedagogia. Como espaço de Extensão oferece oficinas, seminários e minicursos na temática Ludicidade, Ciências e Letramentos. Assim, a Brinquedoteca se constitui como mais um dos espaços em que esta Pós-graduação poderá contribuir com a produção científica de alunos e professores, interessados em desenvolver projetos e produtos pedagógicos e educacionais, visando ao melhoramento da aprendizagem dos alunos da Educação Básica e/ou à problematização de questões na formação de estudantes da graduação em Pedagogia e desta Pós-graduação, com vistas ao crescimento coletivo e integrado.

A Brinquedoteca está instalada na sala 224 do Curso de Pedagogia, contando com 60 m² (6,30 m x 9,50 m) e equipada com mobiliário adquirido por projeto encaminhado à FAPERJ em 2007, além de outros provenientes do mobiliário histórico da instituição. Possui grande variedade de brinquedos e materiais pedagógicos, essenciais para o desenvolvimento das atividades lúdicas e de ensino para as faixas etárias dos alunos da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e propicia desenvolvimento de projetos com metodologias diferenciadas. A equipe deste espaço é formada por um grupo interdisciplinar, envolvendo professores do Curso de Pedagogia, mediadores (bolsistas e voluntários), estagiários do ISERJ e de outras instituições conveniadas para fins de estágio supervisionado, e professores da Educação Básica do ISERJ.

Ao organizar o acervo, deve-se atender aos seguintes critérios:

- **Segurança-** Para garantir a segurança na brinquedoteca, os brinquedos devem estar de acordo com as normas do INMETRO: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, uma autarquia federal, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que atua como Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro), colegiado interministerial, que é o órgão normativo do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Sinmetro). Cuidados a serem observados, como o tipo de material de que o brinquedo é confeccionado, a forma do brinquedo, se o brinquedo é elétrico, se utiliza pilhas, se emite algum tipo de som, se podem ser cortantes e assim por diante. Todos esses itens têm que ser observados para se verificar se o brinquedo pode oferecer algum tipo de perigo às crianças.
- **Adequação física** - Cuidamos também para que o tamanho e o tipo de brinquedo atendam à faixa etária das crianças a que os brinquedos se destinam.
- **Adequação didática** – O acervo deve ser escolhido segundo suas finalidades didáticas e com uma avaliação de seus objetivos.

A Brinquedoteca estará à disposição, de segunda a sábado a:

- a) Educadores e educandos, de graduação e pós-graduação, que realizarão atividades no contexto de conhecimento em ciências, letramento e ludicidade, nos seguintes horários: 2ª à 6ª feira – de 8h às 12 h, e de 14h às 21h, sábados de 8 h às 12 h,
- b) Crianças e jovens entre 4 e 12 anos acompanhados de seus professores do 1º segmento, inclusive da Educação Especial,
- c) Crianças e jovens fora do horário regular escolar, filhos de funcionários, professores e alunos da Pedagogia que acompanhem seus pais enquanto estes estiverem em atividade na instituição, nos horários em que não ocorrerem atividades agendadas por professores para este espaço.

Todas as atividades devem ser registradas em um “Diário” – um documento destinado a informar os objetivos do processo desenvolvido, bem como as avaliações realizadas por professores, mediadores ou estagiários, além do quantitativo de crianças presentes. Os registros devem ser enviados aos professores de prática que acompanham o estágio no Curso de Pedagogia, bem como ser incorporados ao arquivo do Projeto Brinquedoteca que poderá ser consultado pela equipe de pesquisadores e avaliadores do projeto. Os roteiros de atividades avaliados devem ser

incorporados ao acervo de atividades da Brinquedoteca a serem compartilhados com os educadores interessados. De tal forma, os materiais de registro e esses roteiros de atividades, produzidos pelos membros que integram o projeto da Brinquedoteca, poderão ser utilizados como fontes e ponto de partida para estudos e possíveis contribuições dos estudantes do Curso de Pós-graduação em Gestão para este espaço.

A Brinquedoteca estará disponível, no período da manhã, tarde e noite, para atender à comunidade do ISERJ. Fica a cargo da Coordenação do Curso de Pedagogia referendar a escolha, por concurso de monitoria dos mediadores e do setor de estágio indicar estagiários para acompanhar nas visitas, brincando e ensinando a brincar. As atribuições ficam assim distribuídas:

- a) Os mediadores não só devem observar e registrar as atitudes e comportamentos das crianças, utilizando o momento como fonte de pesquisa para facilitar o entendimento de como a criança pensa e constrói seu conhecimento, mas planejar, junto com seus orientadores, atividades de mediação que transforme a realidade das crianças e jovens que frequentam o espaço.
- b) O registro do processo vivido será feito por “Relatório de Monitoria”, com orientação de pesquisadores orientadores e deverá ser entregue à Coordenadora do Curso periodicamente. Tal registro será acrescentado às Atividades Complementares.

Os pais e responsáveis das crianças participantes do Projeto serão convidados a participar de reuniões e atividades voltadas para a formação de pais educadores e colaboradores do espaço da Brinquedoteca, como estratégia de integração dos pais ao projeto.

As crianças atendidas regularmente na brinquedoteca serão cadastradas a fim de registro, documentando a frequência. Fica de responsabilidade da coordenação do curso da Brinquedoteca e do aluno monitor, o preenchimento da “Ficha de Cadastro” com assinatura de aceite da frequência ao espaço pelos pais/responsáveis e de uso da imagem para efeitos de divulgação de pesquisa.

Desde o início do segundo semestre de 2013, estabeleceu-se política institucional de ampliação do acervo, investimento na infraestrutura física- pintura, iluminação. Criou-se “guia de uso do laboratório lúdico” para melhorar o contato com a comunidade acadêmica, apresentado em anexo.

5.3.2 LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA

O Curso conta com o apoio do SESUTI, setor responsável pela gerência dos recursos de informática da Instituição. À Gerência de Rede compete implantar, manter e atualizar estruturas que possibilitem o pleno funcionamento das redes e subredes que compõem o Sistema de Informática do

ISERJ. Há disponibilidade de rede *WI-FI* em espaços abertos e fechados da IES para docentes e discentes. Apresentamos as instalações e equipamentos dos laboratórios:

Laboratórios de Informática: Sala 208

- Rede Cabeada e *WiFi*
- Velocidade de conexão de Fibra Óptica de 1Gbps
- Ar-Condicionado
- TV de Plasma de 50 polegadas
- Vinte e um (21) computadores
- Processador Intel Celeron 440 2.2Ghz
- Memória RAM de 1Gb
- Disco Rígido 160Gb
- Leitor de DVD

Laboratórios de Informática: Sala 210

- Rede Cabeada e *WiFi*
- Velocidade de conexão de Fibra Óptica de 1Gbps
- Ar-Condicionado
- TV de Plasma de 50 polegadas
- Quinze (15) computadores
- Processador Intel Celeron 440 2.2Ghz
- Memória RAM de 1Gb
- Disco Rígido 160Gb
- Leitor de DVD

Laboratórios de Informática: Sala 219

- Rede Cabeada e *WiFi*
- Velocidade de conexão de Fibra Óptica de 1Gbps
- Ar-Condicionado
- TV de Plasma de 50 polegadas
- Quinze (15) computadores
- Processador Intel Celeron 440 2.2Ghz
- Memória RAM de 1Gb
- Disco Rígido 160Gb
- Leitor de DVD

As salas que constituem laboratórios acadêmicos de informática poderão ser utilizados para aulas regulares enquanto recurso pedagógico, mediante a reserva do professor, como também para experimentação e estudos de alunos e professores da Pós-graduação, que manifestarem o interesse de desenvolver produtos de tecnologia pedagógica e educacional, com vistas, por exemplo, à racionalização documental de secretaria escolar, à criação de programas de computador como estratégia de ensino para a sala de aula, à elaboração de materiais para Educação Básica e Superior a distância, etc.

ANEXO I – MATRIZ CURRICULAR

PERFIL DO CURSO

Período	1º	2º	3º	CH/total
Disciplinas previstas	180	180	45	405
Estágio Supervisionado	-	-	80	80
Produção e apresentação de TCC	-	-	45	45
Carga horária total do curso				530

QUADRO DE DISCIPLINAS E ATIVIDADES POR SEMESTRE

1º período	Disciplinas – CICLO BÁSICO	CH
PGADM01	Teoria da Administração Pública e Privada	30h
PGINS01	Legislação e Política da Educação Básica	30h
PGINS02	Legislação e Política da Educação Superior	30h
PGSUP01	Planejamento e Avaliação Educacional	30h
PGOED01	Psicologia da Educação	30h
PGEEG01	Neurociência Aplicada à Aprendizagem	30h

2º período	Disciplinas – CICLO PROFISSIONAL	CH
PGADM02	Administração Educacional	30h
PGINS03	Inspeção Educacional	30h
PGSUP02	Supervisão Educacional	30h
PGOED02	Orientação Educacional	30h
PGGEI01	Gestão Educacional Integrada	30h
PGEEG02	Educação Especial e Gestão	30h

3º período	Disciplinas – CICLO PROFISSIONAL	CH
PGGEI02	Estágio de Gestão Educacional Integrada	125h
PGTCC01	Seminário de Produção Científica	45h
PGTCC02	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (atividade)	-----

QUADRO DE DISCIPLINAS POR ÁREA CURRICULAR

Código	Área curricular	DISCIPLINAS
PGADM	Área de Administração Educacional	Teoria da Administração Pública e Privada Administração Educacional
PGINS	Área de Inspeção Educacional	Legislação e Política da Educação Básica Legislação e Política da Educação Superior Inspeção Educacional
PGSUP	Área de Supervisão Educacional	Planejamento e Avaliação Educacional Supervisão Educacional
PGOED	Área de Orientação Educacional	Psicologia da Educação Orientação Educacional
PGGEI	Área de Gestão Educacional Integrada	Gestão Educacional Integrada Estágio de Gestão Educacional Integrada
PGEEG	Área de Educação Especial e Gestão	Neurociência Aplicada à Aprendizagem Educação Especial e Gestão
PGTCC	Área de Seminário e Produção de TCC	Seminário de Produção Científica Trabalho de Conclusão de Curso (atividade)

QUADRO DE PRÉ-REQUISITOS

CICLO BÁSICO		CICLO PROFISSIONAL		
Teoria da Administração Pública e Privada	▶	Administração Educacional	▶	Estágio de Gestão Educacional Integrada
Legislação e Política da Educação Básica		Inspeção Educacional		
Legislação e Política da Educação Superior		Supervisão Educacional		
Planejamento e Avaliação Educacional		Orientação Educacional		
Psicologia da Educação		Gestão Educacional Integrada		
Neurociência Aplicada à Aprendizagem		Educação Especial e Gestão		

ANEXO II – DISCIPLINAS, EMENTAS e BIBLIOGRAFIAS

I – PRIMEIRO PERÍODO (CICLO BÁSICO)

PGADM01 – TEORIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PRIVADA: gestão de pessoas e recursos financeiros. Gerenciamento e liderança. Autoridade *versus* autoritarismo. Conceito “ampliado” de Estado: Aparelhagem estatal e sociedade civil. Integração de macrossistemas e microssistemas. Centralização e descentralização de decisões e atribuições. Conhecimento, trabalho e economia.

Bibliografia básica:

HELOANI, Roberto. *Organização do trabalho e administração: uma visão multidisciplinar*. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOTTA, Fernando C. Prestes; BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Introdução à organização burocrática*. 2ª ed. São Paulo: Thomson, 2004.

MOTTA, Fernando C. Prestes; VASCONCELOS, Isabella F. Gouveia de. *Teoria Geral da Administração*. 2º ed. São Paulo: Thomson, 2004.

Bibliografia complementar:

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Desenvolvimento e crise no Brasil: História, Economia e Política de Getúlio Vargas a Lula*. 5ª ed. São Paulo: Editora 34, 2003.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GRAU, Nuria Cunnil (orgs.). *O público não-estatal na reforma do Estado*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

HAYEK, Friederich von. *O caminho da servidão*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

LÜCK, Heloísa. *Gestão educacional: uma questão paradigmática*. 8ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática*. São Paulo: Cortez, 2004.

PGINS01 – LEGISLAÇÃO E POLÍTICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA: Legislação da Educação Básica. Debate de temas políticos da Educação Básica, como centralização/descentralização, gratuidade do ensino e ensino religioso. Ensino obrigatório, a relação entre o público e o privado na História da Educação Brasileira e direito público subjetivo. Projetos educacionais do capitalismo e do socialismo. O desenvolvimento da educação no contexto de mundialização do capitalismo neoliberal. Políticas, programas e projetos educacionais dos governos, difundidos no Brasil a partir de 1990, em sua relação com as atividades de gestão escolar da Educação Básica. Debates em torno do papel do Terceiro setor e do voluntariado no campo da Educação Básica.

Bibliografia básica:

ALVES, Gilberto Luiz. *A produção da escola pública contemporânea*. 4ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

BIANCHETTI, Roberto G. *Modelo neoliberal e políticas educacionais*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. 1ª reimp. São Paulo: Boitempo, 2009.

Bibliografia complementar:

BRASIL. *Planejando a próxima década: conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação [Plano Nacional de Educação 2014-2024]*. Brasília/DF: Ministério da Educação/Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/SASE), 2014.

FÁVERO, Osmar (Org.). *A Educação nas Constituintes Brasileiras 1823-1988*. 3ª ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2005.

GADOTTI, Moacir. *Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito*. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos *et al.* *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. São Paulo: Cortez, 2012.

MOLL, Jaqueline *et al.* *Caminhos da educação integral no Brasil*. Porto Alegre/RS, 2012.

RIBEIRO, Darcy. *Nossa escola é uma calamidade*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

PGINS02 – LEGISLAÇÃO E POLÍTICA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: Legislação da Educação Superior. Reformas e reestruturações da Educação Superior brasileira. Debate de temas políticos da Educação Superior, como público/privado; gratuidade do ensino; centralização/descentralização; autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das IES; ensino, pesquisa e extensão. Projetos político-pedagógicos do capitalismo e do socialismo para a Educação Superior. O desenvolvimento da Educação Superior no contexto de mundialização do capitalismo neoliberal. Políticas, programas e projetos educacionais dos governos, difundidos no Brasil a partir de 1990, em sua relação com as atividades de gestão escolar da Educação Superior. Debates em torno do papel do Terceiro setor e do voluntariado no campo da Educação Superior.

Bibliografia básica:

BRASIL. Ministério da Educação. *Plano Nacional de Pós-Graduação - PNPG 2011-2020*. Disponível em <http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/plano-nacional-de-pos-graduacao/pnpg-2011-2020>

DIAS SOBRINHO, José. Educação superior: bem público, equidade e democratização. In: SEMINÁRIO TENDÊNCIAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL, 1. 2012, Sorocaba, SP. Sorocaba: Uniso; Ufscar, 2012. (Seminário).

LIMA, Kátia Regina de Souza. A educação superior no plano nacional de educação 2011-2020. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 30, n. 2, 625-656, maio/ago. 2012.

Bibliografia complementar:

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União* de 26.6.2014 - Edição extra.

FRANCO, Alexandre de Paula. *Ensino Superior no Brasil: cenários, avanços e contradições* (2008). Disponível em <http://www.jpe.ufpr.br>

NUNES, Edson. *Rankings internacionais: a irresistível polêmica em torno de seus sentidos e metodologias* (2014). Disponível em <http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/a-avaliacao-da-educacao-superior-modalidades-e-tendencias-no-cenario-internacional>

STALLIVIERI, Luciane. *O sistema de Ensino Superior do Brasil: características, tendências e perspectivas*. Disponível

http://www.uces.br/ucs/tplPadrao/tplCooperacaoCapa/cooperacao/assessoria/artigos/imprimir/sistema_ensino_superior.pdf

VERHINE, Robert E. ; FREITAS, Antonio Alberto da Silva Monteiro. *Avaliação da Educação Superior: modalidades e tendências no cenário internacional* (2012). Disponível em <http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/a-avaliacao-da-educacao-superior-modalidades-e-tendencias-no-cenario-internacional>

PGSUP01 – PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO EDUCACIONAL: Plano Nacional de Educação e Plano Estadual de Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais. Tendências Pedagógicas da Prática Escolar. Técnicas de elaboração de Plano de Gestão e Projeto Político-Pedagógico. Orientação pedagógica para elaboração de Plano de Curso e Plano de Aula. Avaliação educacional. Relação entre objetivos educacionais (planejamento) e critérios de avaliação. Avaliação Institucional. SAEB e IDEB. SAERJ, no campo da Educação Básica. ENADE e SINAES, na seara da Educação Superior.

Bibliografia básica:

LIBÂNEO, J.C. *Didática*. São Paulo: Cortez, 2012.

LUCKESI, C.C. *Avaliação da aprendizagem escolar*. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SOBRINHO, José Dias (Org.). *Avaliação institucional: teoria e experiência*. São Paulo: Cortez, 1995.

Bibliografia complementar:

GANDIN, Danilo. *A Prática do Planejamento Participativo*. 8ª ed. Petrópolis : Vozes, 2000.

PARO, Vitor Henrique. *Gestão democrática da escola pública*.

PERRENOUD, P. *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SAVIANI, D. *Saber escolar, currículo e didática*. 3ª ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

VASCONCELLOS, Celso S. *Coordenação do Trabalho Pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula*. 6ª ed. São Paulo: Libertad, 2006.

PGOED01 – PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO: Teorias da Psicologia e sua aplicação no campo da Educação. A relação entre pensamento e linguagem. O desenvolvimento humano e a aprendizagem. Estudo das subjetividades humanas. As condições psicológicas que favorecem ou dificultam a alfabetização e a aprendizagem, em todos os níveis de ensino. Sexualidade infanto-juvenil. Relações interpessoais no espaço escolar – professores, funcionários alunos, responsáveis e comunidade. Equilíbrio entre razão e emoção, entre critérios pessoais e profissionais em escolhas e tomadas de decisão. Relação família-escola-diversidade.

Bibliografia básica:

COLL, PALACIOS E MARCHESI. *Desenvolvimento Psicológico e Educação: Psicologia da Educação*, vol. 2. Porto Alegre/RS: Artes Médicas, 1996.

FONTANA, Roseli, CRUZ, Maria Nazaré. *Psicologia e Trabalho Pedagógico*. São Paulo: Atual, 1997.

GOULART, Iris Barbosa. *Psicologia da Educação: fundamentos teóricos aplicações à prática pedagógica*. Petrópolis/RJ: Vozes. 2009.

Bibliografia complementar:

ANTUNES, M.A.M. & MEIRA, M.E.M. *Psicologia Escolar: práticas críticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

BORUCHOVITCH, E. & BZUNECK, J.A. *A motivação do aluno: contribuições da psicologia contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. *Aprendizagem: processos psicológicos e o contexto social na escola*. Petrópolis: Vozes, 2004.

GUZZO, R.S.L. *Psicologia escolar: LDB e educação hoje*. Campinas: Ed. Alínea, 1999

LAROCCA, Priscila. *Psicologia na Formação Docente*. Campinas: SP: Alínea, 1999.

KHOURY, Ivone. *Psicologia Escolar*. São Paulo: EPU, 1984.

PGEEG01 – NEUROCIÊNCIA APLICADA À EDUCAÇÃO: Introdução a Neurociência. Abordagens à investigação do sistema nervoso em todas as idades. Revisão das principais estruturas cerebrais e suas funções. Lesão cerebral e repercussões clínicas. Neuropsicologia e Neuroeducação: aspectos conceituais, objetivos e abrangência. Percepção e seus aspectos cerebrais e clínicos. Análise dos movimentos voluntários, equilíbrio, motricidade, tônus muscular e postura. Linguagem: principais distúrbios. Memória e Inteligência. Plasticidade neuronal. Dificuldade X Distúrbios de aprendizagem. Aspectos quantitativos e qualitativos de aprendizagem, observados a partir do

emprego de instrumentos de avaliação, com vistas à realização de pré-diagnósticos e encaminhamentos psicopedagógicos.

Bibliografia básica:

FONSECA, V. *cognição, neuropsicologia e aprendizagem: abordagem neuropsicológica e psicopedagógica*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

GOMES, M.M. Marcos *históricos da neurologia*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Científica, 1997.

LURIA, A. R. *a construção da mente*. Tradução Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo, SP: Ícone, 1992.

Bibliografia complementar:

COSENZA, R.M. *Neurociência e Educação: como o cérebro aprende*. Porto Alegre, RS: Artmed, 2011.

ELLIS, A. W. (2001) – *Leitura, escrita e dislexia. Uma análise cognitiva*. Porto Alegre, ED. Artmed.

EYSENCK, M.W. e Keane, M.T. (1994) – *Psicologia Cognitiva. Um manual introdutório*. Porto Alegre, Artmed.

LUNDY-EKMAN, L. *Neurociência: fundamentos para reabilitação*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Elsevier, 2004.

MOURA-RIBEIRO, M. V. L. de; GONÇALVES, V. M. G. *Neurologia do Desenvolvimento da Criança*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Revinter Ltda, 2006.

II – SEGUNDO PERÍODO (CICLO PROFISSIONAL)

PGADM02 – ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL: novo paradigma de Gestão Escolar: da Administração à Gestão. As atribuições da direção de uma escola de Educação Básica e de Educação Superior. Organização, implementação e acompanhamento de plano de gestão para Escolas públicas e privadas. A busca de estabelecer uma relação de liderança no espaço escolar. Gestão democrática e integrada com a Orientação e a Supervisão. Conselho Escolar. Conselho Acadêmico. Gestão financeira da escola e prestação de contas. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o Programa Dinheiro Direto nas Escolas (PDDE), o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-Escola) e outros programas e projetos governamentais para a Educação Básica e Superior. Quadros estatísticos da direção – recursos humanos, financeiros e outros meios. Merenda escolar. Censo escolar. Documentação. A relação com o Sistema de Ensino (macrossistema). Abertura de escolas particulares e encerramento de suas atividades.

Bibliografia básica:

LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e gestão da escola – Teoria e prática*. Goiânia/GO: Alternativa, 2004.

LIMA, Licínio. *Organização Escolar e democracia radical: Paulo Freire e a Governação Democrática da Escola pública*. São Paulo: Cortez, 2002.

PARO, Vitor Henrique. *Gestão democrática da escola pública*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 2005.

Bibliografia complementar:

BRASIL. *Plano Nacional de Educação*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16478&Itemid=1107>. Acesso em 07, mai. 2014.

_____. *Programa Mais Educação*. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16690&Itemid=1115>. Acesso em 07, mai. 2014.

PARO, Vitor Henrique. *Administração escolar: introdução crítica*. 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Políticas Educacionais: considerações sobre o discurso genérico e a abstração da realidade. In DOURADO, Luiz Fernandes; PARO, Vitor Henrique (orgs). *Políticas Públicas e Educação básica*. Xamã, 2001, São Paulo/SP.

SAVIANI, D. *PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação: Análise Crítica da Política do MEC*. Campinas/SP: Autores Associados, 2009.

PGINS03 – INSPEÇÃO EDUCACIONAL: Desenvolvimento histórico, conceitual e perspectivas da Inspeção Escolar. Organização documental e burocrática de unidades escolares de Educação Básica e Superior. Gestão de sistemas: Inspetor Escolar, os sistemas de ensino e as unidades escolares. Consultoria referente à legislação educacional e normas de sistemas de ensino. Sistemas de ensino federal, estaduais e municipais. Acompanhamento e inspeção de sistemas e unidades escolares, com base em normas e regulamentações, na forma da lei. Regularização de vida escolar. Organização de secretaria escolar. Documentação técnico-administrativa de unidades escolares. Acompanhamento de abertura e de encerramento das atividades de unidades escolares públicas e particulares. Avaliação institucional na Educação Básica. Educação Superior – Comissão Própria de Avaliação (CPA). Procuradoria institucional.

Bibliografia básica:

BRASIL. Seção I – Da Educação. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Presidência da República.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Presidência da República.

PEREIRA, Jéssica Coelho de Lima. *Inspeção Escolar: uma análise das relações de poder*. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação. 2012.

SAVIANI, Dermerval. *Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacional*. 5ª ed. São Paulo: Autores Associados, 2004.

Bibliografia complementar:

BRASIL. CONAE 2014 [Conferência Nacional de Educação]. *Documento-referência*. [Fórum Nacional de Educação]. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria Executiva Adjunta, 2013.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal de Mesquita. Secretaria Municipal De Educação. Coordenação de Supervisão Educacional. *Formação para Secretários Escolares*. Rio de Janeiro: 2014.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado de Educação. Conselho Estadual de Educação. Comissão Permanente de Legislação e Normas e Câmara de Educação Básica. *DELIBERAÇÃO CEE Nº 316*. 30 de março de 2010.

_____. Secretaria de Estado de Educação. Subsecretaria de Estado de Educação. Coordenadoria de Inspeção Escolar. *PORTARIA E/COIE.E NORMATIVA N.º 03*, de 19 de setembro de 2001. Fixa as atribuições do inspetor escolar.

PACHECO, Ricardo Gonçalves. *Legislação Educacional*. Brasília: Universidade de Brasília, 2009. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=600&Itemid=
Acesso em 05 mai. 2014.

SAVIANI, Dermeval. *A Pedagogia no Brasil: História e Teoria*. Campinas/SP: Autores Associados, 2008.

PGSUP02 – SUPERVISÃO EDUCACIONAL: desenvolvimento histórico, conceitual e perspectivas da Supervisão Educacional. Políticas atuais e atribuições profissionais do especialista, na Educação Básica e Superior. A integração com a Orientação Educacional, a Administração Escolar e o corpo docente. Orientação pedagógica: assessoramento ao trabalho pedagógico desenvolvido pelos professores da Educação Básica e da Educação Superior. Acompanhamento das atividades de planejamento pedagógico e de da avaliação educacional, conjuntamente com o orientador educacional. Organização e regência de reuniões pedagógicas: conselhos de classe, grupos de estudos, reuniões de planejamento. Coordenação do processo de elaboração e implementação do Projeto Político-Pedagógico. Organização de documentos escolares: diários de classe, fontes de registro da avaliação de rendimento dos alunos, regularização da vida escolar (classificação, reclassificação e avanço de estudos). Coordenação pedagógica de escola de Educação Superior.

Bibliografia básica:

RANGEL, M. (org.). *Supervisão Pedagógica: princípios e práticas*. 12ª ed. Campinas/SP: Papyrus, 2011.

MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da (orgs.). *Currículo, cultura e sociedade*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. 15ª ed. Campinas/SP: Papyrus, 2002.

Bibliografia complementar:

ALVES, Nilda. *Educação & Supervisão: o Trabalho Coletivo Na Escola*. SP: Cortez, 2011.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. *Supervisão Educacional - Uma Reflexão Crítica*. 13ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PADILHA, Paulo Roberto. *Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola*. 8ª ed. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2008.

PIMENTA, Selma Garrido (Org.). *Pedagogia: ciência da educação*: São Paulo: Cortez, 1998.

VASCONCELLOS, C. dos S. Sobre o Papel da Supervisão Educacional/Coordenação Pedagógica. In: _____. *Coordenação do Trabalho Pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula*. 9ª ed. São Paulo: Libertad, 2008, p. 85-117.

PGOED02 – ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL: desenvolvimento histórico, conceitual e perspectivas da Orientação Educacional. Legislação específica e políticas atuais. Atribuições profissionais do especialista, na Educação Básica e Superior. A integração com a Supervisão Escolar. Mediação nas relações interpessoais nos espaços escolares: direção, professores, funcionários, alunos, pais e comunidade. Técnicas de dinâmicas de grupo e entrevista. Anamnese da vida do aluno. O atendimento ao educando da Educação Básica: sua aprendizagem e desenvolvimento. Núcleo de apoio psicopedagógico a estudantes da Educação Superior. Acompanhamento das atividades de planejamento pedagógico e de avaliação diagnóstica, conjuntamente com o supervisor. Desenvolvimento de projetos para conter e/ou prevenir a indisciplina e evasão escolar. Aconselhamento e consultoria vocacional em debate. Encaminhamentos de alunos – fonoaudiologia, psicologia, psiquiatria, clínica médica, pediatria, oftalmologia, etc. Burocracia da função de OE: análise de frequências dos alunos, distorção idade/ano de escolaridade, relatórios, encaminhamentos ao Conselho Tutelar, etc.

Bibliografia básica:

LÜCK, Heloísa. *Planejamento em Orientação Educacional*. 8ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1991.

GRINSPUN, M. P. S. Z. *A Orientação Educacional: conflito de paradigmas e alternativas para a escola*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011

GRINSPUN, M. P. S. Z. (org.). *A prática dos orientadores educacionais*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

Bibliografia complementar:

ASSIS, Simone Gonçalves de; CONSTANTINO, Patrícia; AVANCI, Joviana Quintes (orgs.). *Impacto da violência na escola: um diálogo com professores*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação; Editora FIOCRUZ, 2010.

ASSIS, Simone Gonçalves de; SILVEIRA, Liane Maria Braga da; BARCINSKI, Mariana; SANTOS, Benedito Rodrigues dos (orgs.). *Teoria e prática dos Conselhos Tutelares e Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz; Educação a Distância de Saúde Pública Sergio Arouca, 2009.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente* – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – e legislação complementar. 2ª ed. revista e atualizada. São Paulo: Iglu, 2005.

COLL, César. *Psicologia e currículo: uma aproximação psicopedagógica à elaboração do currículo escolar*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 2002.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. *Indisciplina e disciplina escolar: fundamentos para o trabalho docente*. São Paulo: Cortez, 2009.

PGGEI01 – GESTÃO EDUCACIONAL INTEGRADA: Interfaces das ações ético-epistemológicas dos fluxos de profissionais, de alunos/comunidade, de documentos, de currículos e de processos administrativos. Gestão educacional integrada: Educação Básica e Educação Superior. Equipe diretiva da unidade escolar da Educação Básica. Equipe gestora de escola de Educação Superior. Gestão de sistemas de ensino. A totalidade constituída pelo trabalho conjunto da Administração, Inspeção, Supervisão e Orientação Educacional.

Bibliografia Básica:

LÜCK, Heloísa. *Ação Integrada: Administração, Supervisão e Orientação Educacional*. 14ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

MELO, M. T. L. de. Gestão Educacional: os desafios do cotidiano escolar. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. da S. (orgs.). *Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos*. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 243-254.

PARO, Vitor Henrique. *Por dentro da escola pública*. 3ª ed. São Paulo: Xamã, 2000.

Bibliografia Complementar:

ALARCÃO, Isabel. *Professores reflexivos em uma escola reflexiva*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BORDIGNON, G.; GRACINDO, R. V. Gestão da Educação: o Município e a Escola. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. da S. (orgs.). *Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos*. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 147-176.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Gestão democrática dos sistemas públicos de ensino. In: OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro (org.). *Gestão Educacional: novos olhares, novas abordagens*. 9ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012, p. 15-21.

DOURADO, L. F. A escolha de dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil. In: FERREIRA, N. S. C. *Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios*. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2013, p. 95-117.

SAVIANI, Dermeval. *Educação Brasileira: estrutura e sistema*. 7ª ed. Campinas/SP: Autores Associados, 1996.

PGEEG02 – EDUCAÇÃO ESPECIAL E GESTÃO: Legislação específica da disciplina e diretrizes curriculares nacionais. Modalidades de Atendimento Educacional Especializado a alunos público alvo da Educação Especial. Desafios enfrentados por gestores para efetivar o direito à inclusão nos sistemas de Educação Básica e Superior. Com base em experiências e ideias, abordar possibilidades de superação dos limites impostos à Educação Especial e à Inclusão, na realidade dos sistemas educacionais, públicos e privados, do país. As ações da Administração, Inspeção, Supervisão e Orientação Educacional, no que se refere ao Atendimento Educacional Especializado, nas escolas básicas e superiores de ensino regular.

Bibliografia básica:

BOAVENTRURA, R.S. *A gestão escolar na perspectiva da inclusão*. Dissertação de Mestrado em Educação. Presidente Prudente, SP: UNOESTE, 2008. PENAFORTE. S. *A gestão escolar na perspectiva da inclusão: uma pesquisa-ação colaborativa no meio escolar*. Tese de Doutorado em Educação. Fortaleza: UFC, 2009.

BOOTH, Tony. AINCOW, Mel. *Índex para a Inclusão*. Tradução de Mônica Pereira dos Santos. Rio de Janeiro: LaPEADE/UFRJ, 2012.

PENAFORTE. S. *A gestão escolar na perspectiva da inclusão: uma pesquisa-ação colaborativa no meio escolar*. Tese de Doutorado em Educação. Fortaleza: UFC, 2009.

Bibliografia complementar:

AZEVEDO, M. A .R. CUNHA, G.R. da. *Gestão Escolar e Educação Inclusiva: uma parceria necessária e emergente na escola*. Rio Claro, SP: Revista Educação: Teoria e Prática. Jul-dez/2008. V.18, nº 31. Disponível em: www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br

MICHELS, Maria Helena. *Gestão, Formação Docente e Inclusão*. Eixos da reforma da educação brasileira que atribuem contornos à organização escolar. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Educação, set-dez 2006. V.11, nº 33.

SOUSA, L.P.F. *orquestrar a gestão escolar para respostas educativas na diversidade*. Dissertação de Mestrado em Educação. Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

TEZANI, T.C.R. *Gestão escolar: a prática pedagógica na política da educação inclusiva*. Santa Maria, RS: Revista Educação, mai-ago/2010. V.35, nº 2.

III – TERCEIRO PERÍODO (CICLO PROFISSIONAL)

PGGEI02 – ESTÁGIO DE GESTÃO EDUCACIONAL INTEGRADA: Dimensão teórico-prática da concepção de Gestão Educacional Integrada como totalidade. Estágio supervisionado em escola de Educação Básica e instituição de Educação Superior, com atividades de observação e coparticipação, no âmbito da administração, inspeção, supervisão e orientação, na perspectiva da Gestão Educacional Integrada. Aproveitamento do espaço do CAP/ISERJ e do Ensino Superior deste Instituto. Abordagem das experiências observadas e elaboração de relatório. Carga horária total do estágio de 80 horas, sendo distribuídas 40 horas para a Educação Básica e a Educação Superior, no desenvolvimento do estágio da Gestão Educacional Integrada.

Bibliografia básica:

GRINSPUN, Mírian Paura S. Zippin Grinspun (org.). *Supervisão e Orientação Educacional: perspectivas de integração na escola*. 4ª ed.: Cortez, 2008.

LUCK, Heloisa. *Concepções e processos democráticos de gestão educacional*. Petrópolis: Vozes, 2006.

OLIVEIRA, J. F.; MORAES, K. N.; DOURADO, L. F. *Gestão escolar democrática: definições, princípios e mecanismos de implementação*. Disponível em:

<<http://www.letraviva.net/arquivos/2012/anexo-1-Gestao-escolar-democratica-definicoes,-principios-e-mecanismos-de-implementacao.pdf>>. Acesso em 07, mai. 2014.

Bibliografia complementar:

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. *Trabalho escolar e conselho de classe*. Campinas/SP: Papyrus, 1992.

LÜCK, H. A gestão escolar como prática de liderança. In: _____. *Liderança em gestão escolar*. 7ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011, p. 95-120.

LÜCK, H. Promoção da gestão escolar participativa. In: _____. *A gestão participativa na escola*. 10ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011, p. 73-98.

RANGEL, M. (org.). *Supervisão e Gestão na Escola: conceitos e práticas de mediação*. 3ª ed. Campinas/SP: Papyrus, 2011.

VALERIEN, J. Segunda Parte: O Diretor da Escola. In: _____. *Gestão da escola fundamental: subsídios para análise e sugestão de aperfeiçoamento*. [Tradução: José Augusto Dias]. 5ª ed. São Paulo: Cortez; Paris: UNESCO; Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1997, p. 75-146.

PGTCC01 – SEMINÁRIO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA: atividades de produção técnica, científica e acadêmica definidas pelo professor-orientador, com vistas à elaboração do Trabalho de

Conclusão do Curso, de cuja entrega dependerá a aprovação na disciplina. O horário do curso da disciplina, o desenvolvimento das estratégias e a bibliografia básica e complementar ficam a cargo da escolha consensual do orientador e do orientando.

PGTCC02 – TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO: atividade que se materializa como culminância ou “produto” dos estudos teórico-práticos desenvolvidos ao longo do Curso de Pós-graduação, apresentada a uma banca examinadora para fins de avaliação.

ANEXO III – CORPO DOCENTE

**QUADRO DOCENTE: Regime de Trabalho – Titulação (2014:1)
Professores com disciplinas no curso em 2014:1**

Ord	NOME	Matrícula	Regime de Trabalho	Graduação	Especialização
1	ANA MARIA SEVERIANO DE PAIVA	0224942-3	40h	História 1974 – UFRJ	História da América 1979-UFF
2	ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS BARBOSA	0225767-3	40 h	Engenharia de Produção 1993-UFRJ; Pedagogia 1999-UNIRIO; LETRAS LicenciaturaPlena Português Literatura 2003 - SIMONSEN	Administração Escolar 2001 – UCB-RJ Mediação Pedagógica em EAD 2010 - PUC-RJ
3	ANGELA MARIA VENTURINI	0224968-8	40 h	Formação em Psicologia 1974-USU; Licenciatura em Psicologia 1973-CEUB	Psicologia Escolar 1975-FGV-/RJ Psicologia Comunitária 1975- FGV/RJ Psicologia do Trabalho 1981- FGV/RJ
4	ARTUR DE MORAIS SILVA	0225772-3	40 h	PedagogiaUNIRIO 2002	-
5	JOANA D'ARC SOUZA FEITOZA VAREJÃO	0226545-2	40 h	Pedagogia 1993 – UERJ	Estimulação Precoce com Docência Superior - 2001 – ESEHA (Pestalozzi de Niterói)
6	KEITE SILVA DE MELO	0226537-9	40 h	Pedagogia 1999 – UERJ	Especialização em Supervisão Escolar – 1999 - Universidade Candido Mendes, UCAM Especialização em Mediação Pedagógica em EAD – 2010- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio
7	MARCIA DE OLIVEIRA GOMES GIL	0113933-6	40 h	Psicologia 1991-FFCL	Psicologia Jurídica 1994-UERJ
8	MARCOS ANTONIO MACEDO DAS CHAGAS	0224929-0	40 h	Pedagogia (UNIRIO – 1999)	-

9	MARIA CRISTINA CORAIS	0225728-5	40 h	Pedagogia - UERJ 1989	-
10	OLGA OLIVEIRA PASSOS RIBEIRO	0224956-3	40 h	Medicina - FMP 1985 Fonoaudiologia - UVA 1991	-
11	PATRICIA MANESCHY DUARTE DA COSTA	0115472-3	40 h	Licenciatura em pedagogia- Magistério das matérias pedagógicas e Administração Escolar. 1964 - UFRJ	Especialização em Docência do Ensino Superior 1998 - UCAM Especialização em Orientação Educativa 1999 - UCAM